



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

PARECER ÚNICO

PROTOCOLO: ☐ ☐ 1014735/2016

Indexado ao(s) Processo(s): 161/1999/006/2014

ATIVIDADES: Fabricação de outros produtos alimentares, não classificados ou não especificados	REVLO	DEFERIMENTO
Portaria de outorga: nº256/2010		REVALIDAÇÃO AUTOMÁTICA
PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licença de Operação - LO	00161/1999/004/2007	Licença concedida

Empreendimento: LM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	
CNPJ: 22 399 174/000 1-01	Município: Uberlândia/MG

Unidade de Conservação:	
Bacia Hidrográfica: Rio Paranaíba	Sub Bacia: Rio Araguari

Atividades objeto do licenciamento:		
Código DN 74/04	Descrição	Classe
C-04-12-01	Fabricação de Preparados de Limpeza e Polimento	5

Medidas mitigadoras: (X) SIM () NÃO	Medidas compensatórias: ()SIM (x) NÃO
Condicionantes: (X) SIM() NÃO	Automonitoramento: (X) SIM() NÃO

Responsável Legal pelo Empreendimento: Lázaro Reis Magalhães - Presidente	
Responsável Técnico pelo Empreendimento: Karla Desirré Pereira da Silva- Engenheira Química	CRQ 0201342-2 Região
Responsável pela elaboração do RADA Flávia Regina Nascimento Toledo- Bióloga	CRBIO 13590/04
Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 48267/2014	DATA: 02/05/2014

Data: 09/08/2016		
Equipe Interdisciplinar responsável pela análise do processo:	MASP/Registro de classe	Assinatura
Ricardo RosamíliaBello - Gestor		
João Victor Venturini		
Joelma Maria Santos Silva		
Kamila Borges Alves - Ciente		
José Roberto Venturi - Ciente		

SUPRAM – TM e AP	Praça TubalVilela , 03 – Uberlândia – MG CEP 38400-170 – Tel: (34) 3088-6400	10/08/2016
------------------	---------------------------------------------------------------------------------	------------



1. INTRODUÇÃO

O objeto desse Parecer Único é análise do pedido de solicitação de **Revalidação da Licença de Operação** da empresa LM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. visando dar continuidade ao processo de regularização ambiental do empreendimento.

2. HISTÓRICO

A Licença a ser revalidada foi obtida na 43ª Reunião Ordinária do COPAM – Conselho de Política Ambiental realizada em Araxá/MG em 09/05/2008, aprovada por unanimidade por este conselho, com condicionantes, sendo válida até 09/05/2014. Em 16/10/2013 o empreendedor deu início ao processo da revalidação da licença mediante preenchimento do Formulário de Caracterização do empreendimento-FCE, em consequência o Formulário de Orientação Básica Integrado sobre o Licenciamento - FOBI, foi emitido em 31/10/2013. Após a entrega dos documentos requeridos em 18/02/2014, o processo foi formalizado conforme Recibo de Entrega de Documentos nº 0168888/2014.

Como a Licença supra não obedeceu ao prazo estipulado pelo art. 7º da Deliberação Normativa COPAM 17/19996, não terá o prazo prorrogado automaticamente até decisão da Unidade Regional Colegiada do Copam. Porém como a requereu dentro do prazo de validade, solicitou a esse Órgão a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta com a Superintendência Regional de Meio Ambiente que garantirá a continuidade da operação e suas condições concomitantemente com a análise do processo até decisão da Unidade Regional Colegiada do Copam. O empreendedor assinou o TAC- Termo de ajustamento de Conduta, anexo aos autos, no dia 17 de setembro de 2014.

3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A empresa denominada LM Indústria e Comércio Importação e Exportação LTDA., nome fantasia “Politriz”, encontra-se em operação desde julho de 1999, na Rua Nivaldo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Guerreiro Nunes, nº. 240, bairro Distrito Industrial de Uberlândia/MG, latitude 18°51'44"e longitude 48°17'26".



Foto1: Vista interna, área de produção

As atividades consistem na fabricação e comercialização de produtos para limpeza, o principal processo consiste na mistura e diluição das matérias primas em água, que posteriormente são "envasadas" e seguem para expedição.

A área total do terreno é de 9.600m², a área construída é de 5 064 m², a empresa apresenta um faturamento anual estimado em torno de R\$ 71 778 337,54 milhões de reais, tendo como atividade principal a Fabricação de Preparados para Limpeza e Polimento. A Unidade Fabril da POLITRIZ se encontra listada, segundo a Deliberação Normativa COPAM nº. 74/04, como Indústria de Produtos Químicos, código C-04-12-1, enquadrando-se como classe cinco.

O regime de funcionamento do empreendimento se constitui de um único turno de operação de 8 horas por dia durante 21 dias por mês e 12 meses por ano.



A empresa emprega, no total, 195 funcionários, sendo 60 no setor de produção, 35 na área administrativa, o restante são terceirizados distribuídos por diferentes setores.

Insta destacar que os potenciais impactos e respectivas medidas mitigadoras já foram objeto de análise na fase de Licença de Operação LO do empreendimento.

Algumas das medidas operacionais de minimização de impactos ambientais adotadas pela gerência industrial estão descritas a seguir:

- Controle gerencial sobre o consumo de água, adotando procedimentos de limpeza a seco, sempre que possível;
- Segregação de equipamentos e pisos passíveis de receber derrames de produtos intermediários, interpondo recipientes de coleta ou pequenas bacias de contenção, eventualmente suprimindo canaletas e limpezas de piso com água;
- Otimização do ciclo ou reuso próprio dos materiais eventualmente derramados e coletados, no preparo de domissanitários para uso nas próprias instalações da indústria;
- Manutenção preventiva, cuidados operacionais, melhorias nos sistemas mecânicos de transportes e controles automáticos que impeçam vazamentos ocasionais.

4 – POTENCIAIS IMPACTOS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Como potenciais impactos e respectivas medidas mitigadoras adotadas, podemos citar:

4.1 Efluentes Líquidos:

Todo processo industrial de fabricação ocorre sobre piso impermeabilizado com concreto dotados de sistemas constituídos por bacias de contenção, cordões de isolamento, valetas de drenagem e tubulações responsáveis pela condução do efluente a ETE- Estação de tratamento de efluentes.

A Estação de Tratamento de Efluentes - ETE é do tipo físico químico, o empreendimento se encontra vinculado no Programa de Recebimento e Monitoramento de Efluentes Não Domésticos (PREMEND) do Departamento Municipal de Água e Esgoto de da Prefeitura



Municipal Uberlândia. Conforme documento apresentado o fator de carga poluidora “K” = 1,26.

4.2 Resíduos sólidos:

Para mitigar este impacto, a empresa concentra esforços na redução dos resíduos junto à fonte geradora. Os resíduos são coletados por recipientes distribuídos nos diversos setores produtivos da empresa. Os materiais recolhidos após serem segregados são temporariamente armazenados, em central de resíduos, para posterior venda para empresas especializadas.

Os resíduos identificados como doméstico são retirados pelo serviço de coleta pública municipal para serem destinados ao aterro de Uberlândia.

4.3 Efluentes atmosféricos:

A empresa possui uma caldeira movida a gás GLP utilizada para produção de vapor. Seu funcionamento é de até 8 horas diurnas, a produção máxima é de 800 kg de vapor por hora à pressão de 3 kg/cm². Conforme laudos apresentados, as emissões de efluentes atmosféricos coletados na chaminé da caldeira se encontram dentro dos parâmetros legais.



Foto 2: caldeira movida à Gás Liquefeito de Petróleo- GLP

As matérias primas recebidas a granel são mantidas em tanques de estocagem, estes possuem um dispositivo no topo contendo solução absorvedora, cujo sistema sifão provoca o “borbulhamento em solução absorvedora” para conter as eventuais emissões fugitivas.

5- DAS CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Processo de licença 00161/1999/004/2007 foi emitido vinculado ao cumprimento de 10 condicionantes, as mesmas estão listadas a seguir:



ANEXO I

Processo COPAM Nº: 00161/1999/004/2007		Classe/Porte: 3/M
Empreendimento: LM Indústria e Comércio Importação e Exportação LTDA		
Atividade: Fabricação de Preparados para Limpeza e Polimento		
Endereço: Rua Nivaldo Guerreiro Nunes, nº. 240.		
Localização: Distrito Industrial.		
Município: Uberlândia.		
Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA		VALIDADE: 6 (seis) anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO*
1	Apresentar relatório técnico fotográfico contendo ações de controle e monitoramento ambiental executados, bem como a evolução do empreendimento.	TRIMESTRAL
2	Apresentar Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)	ANUAL
3	Apresentar programa de gerenciamento de risco, contendo procedimentos operacionais de prevenção à poluição.	Durante a vigência da LO
4	Apresentar projeto de destinação final dos produtos fora de especificação, retornados, amostras de resíduos e de lotes de produção expedido, armazenados pela empresa.	Durante a vigência da LO
5	Apresentar caracterização do lodo gerado na ETE. Caso o mesmo não seja considerado resíduo Classe II-A, deverá ser apresentada destinação adequada deste resíduo.	30 dias após a concessão da LO
6	Apresentar anuência expedida pelo aterro municipal quanto ao recebimento do lodo gerado na ETE, caso o mesmo seja considerado resíduo Classe II-A.	60 dias após a concessão da LO
7	Adquirir matéria prima de empresas licenciadas ambientalmente.	Durante a vigência da LO
8	Os diversos resíduos sólidos gerados na empresa deverão ser coletados por empresas devidamente licenciadas pelos órgãos competentes.	Durante a vigência da LO
9	Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM – TM/AP no Anexo II	Durante a vigência da LO
10	Relatar a essa SUPRAM todos os fatos ocorridos na unidade industrial que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após sua constatação.	Durante a vigência da LO

Item 01- Apresentar relatório técnico fotográfico contendo ações de controle e monitoramento ambiental executados, bem como a evolução do empreendimento – Prazo Trimestral

Os relatórios foram apresentados conforme protocolos R134858/2010; R 117800/2010; R 67885/2010; R185239/201; R 51464/2011; R106017/2011; R 331809/2012;



R297069/2012; R 266579/2012; R 221586/2012; R 464830/2013; 431357/2013;
R394710/2013 e R358604/2013

Item 02-Apresentar Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros(AVCB)-Prazo anual

Na ocasião da LO a empresa apresentou regularização junto ao corpo de bombeiros conforme certidão nº. 0703/2007, obtido após vistoria nº. 090.797 em 3 de abril de 2006, atestando que a edificação industrial com área construída de 4732,53m², edificada no lote 39 a 46 do quarteirão 13 na rua Nivaldo Guerreiro Nunes, nº. 240, Distrito Industrial da cidade de Uberlândia/MG, de propriedade de LM Indústria e Comércio Importação e Exportação LTDA, possui processo de segurança contra incêndio e pânico (PSCIP), aprovado conforme as normas previstas no Decreto Estadual nº. 44270 de 31 de março de 2006 e demais dispositivos legais pertinentes. Atualmente a empresa continua regular perante o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; atendendo à requisição desta superintendência apresentou o Documento denominado Auto de Vistoria, Série nº 148252, processo nº 942/2003, válido até 22/07/2018.

Item 03-Apresentar programa de gerenciamento de risco, contendo procedimentos operacionais de prevenção à poluição. Prazo durante vigência da LO

Condicionante cumprida, o referido projeto foi apresentado.

Item 04-Apresentar projeto de destinação final dos produtos fora de especificação, retornados, amostras de resíduos de lotes de produção expedido, armazenados pela empresa. Prazo durante a vigência da LO

Condicionante cumprida, o projeto foi protocolado.

Item 05-Apresentar caracterização do lodo gerado na ETE. Caso o mesmo não seja considerado resíduo Classe II-A, deverá ser apresentada destinação adequada deste resíduo. Prazo 30 dias após concessão da LO

Condicionante cumprida, conforme protocolo R 7992/2014



Item 06-Apresentar anuência expedida pelo aterro municipal quanto ao recebimento do lodo gerado na ETE, caso o mesmo seja considerado resíduo Classe II-A. Prazo 60 dias após a concessão da LO.

Cumprida, foi apresentada a citada anuência

Item 07 - Adquirir matéria prima de empresas licenciadas ambientalmente. Prazo durante a vigência da LO

Conforme informado a empresa adquire matérias primas e insumos somente de empresas ambientalmente regularizadas

Item 08- Os diversos resíduos sólidos gerados na empresa deverão ser coletados por empresas devidamente licenciadas pelos órgãos competentes. Prazo durante a vigência da LO

Condicionante cumprida, as informações se encontram inseridas na planilha, com indicação do tipo e classificação do resíduo, quantidade gerada por período, transporte e destinação final.

Item 09- Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM – TM/AP no Anexo II- Prazo durante a vigência da LO

O Programa de automonitoramento contemplado nesta condicionante consiste na análise dos efluentes coletados na entrada e na saída do sistema de tratamento conforme descrito:

1. EFLUENTES LIQUIDOS

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e Saída da ETE.	pH, Vazão (m³/dia), DBO, DQO, Sólidos Suspensos, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Totais Dissolvidos, Óleos e Graxas, Cromo Trivalente, Sulfetos.	Mensal

As análises mensais foram encaminhadas trimestralmente a este órgão, entretanto vale destacar que a empresa está vinculada ao Programa de Recebimento e Monitoramento de Efluentes Não Domésticos (PREMEND) do Departamento Municipal de Água e Esgoto



de da Prefeitura Municipal Uberlândia, cabendo ao empreendedor atender aos parâmetros mínimos necessários exigidos por este município.

Ainda no programa de automonitoramento, quanto aos efluentes atmosféricos foi solicitado:

2. EFLUENTE ATMOSFÉRICOS

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Na saída da chaminé da caldeira	Material Particulado	Anual

Foram apresentados relatórios que atestam conformidade com os parâmetros legais.

Item 10-Relatar a essa SUPRAM todos os fatos ocorridos na unidade industrial que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após sua constatação. Prazo durante vigência da LO

Foi informado que não houve fatos que causassem impacto ambiental negativo

6. DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES:

O terreno do empreendimento possui relevo regular, além de ser destituído de afloramentos hídricos naturais, não há Áreas de Preservação Permanentes - APPs, situadas nos limites da área da empresa.

7. RESERVA LEGAL

A empresa se encontra em área urbana, portanto isento da necessidade de averbação de Reserva Legal.

8. UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS

Não há utilização de produtos florestais, a caldeira faz uso de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP como combustível.



9. DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A água utilizada no processo industrial é proveniente de um poço tubular existente no local, o mesmo se encontra outorgado junto ao IGAM mediante portaria nº. 256/2010 de 27/01/2010, processo nº. 10881/2009, coordenadas do ponto de captação, Latitude 18°51'46"S e Longitude 48°17'26"W, vazão autorizada de 9m³/h, o processo se encontra em análise, cuja portaria está prorrogada automaticamente até manifestação final do órgão responsável.

A água destinada a consumo humano é obtida diretamente da rede pública municipal, abastecendo sanitários, lavatórios e eventualmente complementando o processo industrial.

11. CONTROLE PROCESSUAL:

O processo se encontra formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004.

Consta acostada aos autos a publicação em periódico local ou regional do pedido de Revalidação de Licença, conforme determina a Deliberação Normativa COPAM nº 13/95.

Em relação ao prazo de vigência da Licença, cumpre mencionar o teor do §2º do art. 1º da Deliberação Normativa COPAM nº 17/1996, o qual estabelece que:

§2º - O prazo de validade da licença revalidada será acrescido em 2 (dois) anos até o limite máximo de 8 (oito) anos, quando o empreendimento ou atividade não sofrer a aplicação de qualquer penalidade administrativa ambiental estadual.

Assim, considerando que o empreendimento não possui autuação até o presente momento, o mesmo faz jus ao benefício constante no parágrafo supracitado da DN COPAM nº 17/1996, o qual se refere ao acréscimo de mais dois anos no prazo da licença ao empreendimento ou atividade que não sofrer aplicação de qualquer penalidade. Dessa forma, a presente licença, se aprovada, deverá ter o prazo de validade de 6 (seis) anos



12.CONCLUSÃO:

A equipe de análise deste processo, opina pelo **deferimento** da concessão da Revalidação da Licença de Operação por 4 (quatro) anos, para a empresa “LM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA”, situada rua Nivaldo Guerreiro Nunes, 240 - Distrito Industrial de Uberlândia-MG, para exercer as atividades listadas neste parecer, desde que cumpridas as condicionantes descritas no Anexo I e aos estudos apresentados, ouvida a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.

Ressalta-se ainda que as revalidações das licenças ambientais deverão ser efetuadas 120 (noventa) dias antes de seu vencimento de acordo com a legislação vigente.

Opina-se, que as observações acima constem do Certificado de Licenciamento Ambiental.

Cabe esclarecer que a SUPRAM TMAP não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.

Data: 30/08/2016		
Equipe Interdisciplinar responsável pela análise do processo:	MASP/Registro de classe	Assinatura
Ricardo R. Bello- Gestor		
João Victor Venturini		

SUPRAM – TM e AP	Praça Tubal Vilela, 03 – Uberlândia – MG CEP 38400-170 – Tel: (34) 3088-6400	10/08/2016
------------------	---------------------------------------------------------------------------------	------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Joelma Maria Santos Silva		
Kamila Borges Alves - Ciente		
José Roberto Venturi- Ciente		



ANEXO I

Processo COPAM nº 161/1999/006/2014		Classe/Porte: 5/G
Empreendimento: LM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA		
Atividade: Fabricação de Preparados de Limpeza e Polimento		
Endereço: Rua Nivaldo Guerreiro Nunes, 240, Bairro Distrito Industrial		
Município: Uberlândia- MG		
Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA		VALIDADE: 04 anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO*
1	Apresentar laudo de avaliação de ruídos de acordo com a Resolução CONAMA nº 01/1990 e 02/1990, Lei Estadual nº 10100 de 1990, NBR 10151/1987 ABNT e Lei Complementar 017/1991 da Prefeitura Municipal de Uberlândia (considerar sempre os parâmetros mais restritivos).	Semestralmente durante a vigência da licença
2	Comprovar a execução com as devidas atualizações do PGRS- Programa de Gerenciamento de Riscos, acompanhado de relatório conclusivo e ART- Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional legalmente habilitado.	Anualmente
3	Adquirir matérias primas e insumos apenas de empresas ambientalmente regularizadas	Durante a vigência da licença
4	Apresentar relatório da execução das ações dos programas socioeconômicos e educacionais efetuados pela empresa, contendo ações realizadas, resultados efetivos e ações a realizar acompanhado dos respectivos cronogramas de execução.	Anualmente
5	Relatar a SUPRAM todos os fatos ocorridos na unidade industrial que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após sua constatação.	Durante a vigência da licença
6	Efetuar programa de automonitoramento conforme descrito no anexo II.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir do recebimento do Certificado da Licença.

Obs. 1 - Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo. Todavia, deverá ser protocolado em até 60 dias de seu vencimento e acompanhada de justificativa que comprove a impossibilidade técnica de cumprimento da medida da forma estabelecida.

2 - A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

3.- Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital das condicionantes e automonitoramento em formato pdf, acompanhada de declaração, atestando que confere com o original.

SUPRAM – TM e AP	Praça Tubal Vilela, 03 – Uberlândia – MG CEP 38400-170 – Tel: (34) 3088-6400	10/08/2016
------------------	---------------------------------------------------------------------------------	------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

4- Os laboratórios impreterivelmente devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 167, de 29 de junho de 2011.

ANEXO II

Processo COPAM N°n°161/1999/006/2014	Classe/Porte:5/G
Empreendimento:LM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	
Atividade:Fabricação de preparados para limpeza e polimento	
Endereço:Rua Nivaldo Guerreiro Nunes, 240-Distrito Industrial	
Município:Uberlândia -MG	
Referência: Programa de Automonitoramento Ambiental	

1. Resíduos sólidos:

Deverão ser confeccionadas planilhas mensais de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos, contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações, as quais serão apresentadas quando solicitadas pela SUPRAM-Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Modelo da planilha de controle de resíduos:

Resíduo		Taxa de geração no período	Transportador (nome, endereço, telefone, CNPJ)	Empresa receptora (nome, endereço, telefone, CNPJ)	Forma de disposição final (*)
Denominação/classe	Origem				

- (*)1- Reutilização 2 – Reciclagem 3-Aterro Sanitário
4 - Aterro industrial 5 – Incineração 6-Co-processamento
7 - Aplicação no solo 8 - Estocagem temporária (informar quantidade)
9 – Re-refino de óleo 10 - Outras (especificar)

- Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a SUPRAM-Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, para verificação da necessidade de licenciamento específico.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação de resíduos deverão ser mantidas disponíveis pelo empreendedor para fins de fiscalização.
- As doações de resíduos deverão possuir anuência prévia do órgão ambiental.
- Fica proibida a destinação dos resíduos sólidos e oleosos, considerados como Resíduos Classe-1 segundo a NBR 10.004/87, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários,

SUPRAM – TM e AP	Praça TubalVilela , 03 – Uberlândia – MG CEP 38400-170 – Tel: (34) 3088-6400	10/08/2016
------------------	---------------------------------------------------------------------------------	------------



devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela Resolução CONAMA 362/2005 em relação ao óleo lubrificante usado.

- O empreendedor deverá cumprir o disposto nas normas ambientais e técnicas aplicáveis para resíduos sólidos, enquadrados nas Classes 2 e 3 segundo a NBR 10.004/87, em especial a Deliberação Normativa COPAM nº 07/81, Resolução CONAMA nº 307/2002 e NBR 13896/97.

2 Efluentes atmosféricos

2.1 Fontes Fixas

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência	Envio ao órgão
No sistema de exaustão docaldeira	Particulados, NOx e SOx	Análises semestrais	Anual

2.2 Fontes Móveis

Promover anualmente durante a vigência da licença o automonitoramento dos veículos máquinas próprios e/ou terceirizados movidos a óleo diesel, nos termos da Portaria IBAMA nº 85/1996.

IMPORTANTE:

- OS PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS ESPECIFICADAS PARA O PROGRAMA DE AUTOMONITORIZAÇÃO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES A CRITÉRIO DA ÁREA TÉCNICA DA SUPRAM-TRIANGULO.
- A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ITENS DESTE PROGRAMA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART, EMITIDA PELO(S) RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO(S), DEVIDAMENTE HABILITADO(S);
- QUALQUER MUDANÇA PROMOVIDA NO EMPREENDIMENTO, QUE VENHA A ALTERAR A CONDIÇÃO ORIGINAL DO PROJETO DAS INSTALAÇÕES E CAUSAR INTERFERÊNCIA NESTE PROGRAMA DEVERÁ SER PREVIAMENTE INFORMADA E APROVADA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL.
- AS COLETAS E AS ANÁLISES DEVERÃO SER EFETUADAS POR LABORATÓRIOS CADASTRADOS JUNTO A FEAM, AS ANÁLISE E OS LAUDOS TÉCNICOS DEVERÃO VIR ACOMPANHADOS DA



JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO TIPO DE AMOSTRAGEM DE RELATÓRIO CONCLUSIVO E ART DE PROFISSIONAL HABILITADO. O EMPREENDEDOR DEVERÁ PROTOCOLAR OS RESULTADOS DAS ANÁLISES EM ATÉ 20 DIAS SUBSEQUENTES APÓS AS COLETAS.

- EVENTUAIS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO NOS PRAZOS DE CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES ESTABELECIDAS NOS ANEXOS DESTES PARECER PODERÃO SER RESOLVIDOS JUNTO À PRÓPRIA SUPRAM, MEDIANTE ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA, DESDE QUE NÃO ALTEREM O MÉRITO/CONTEÚDO DAS CONDICIONANTES.